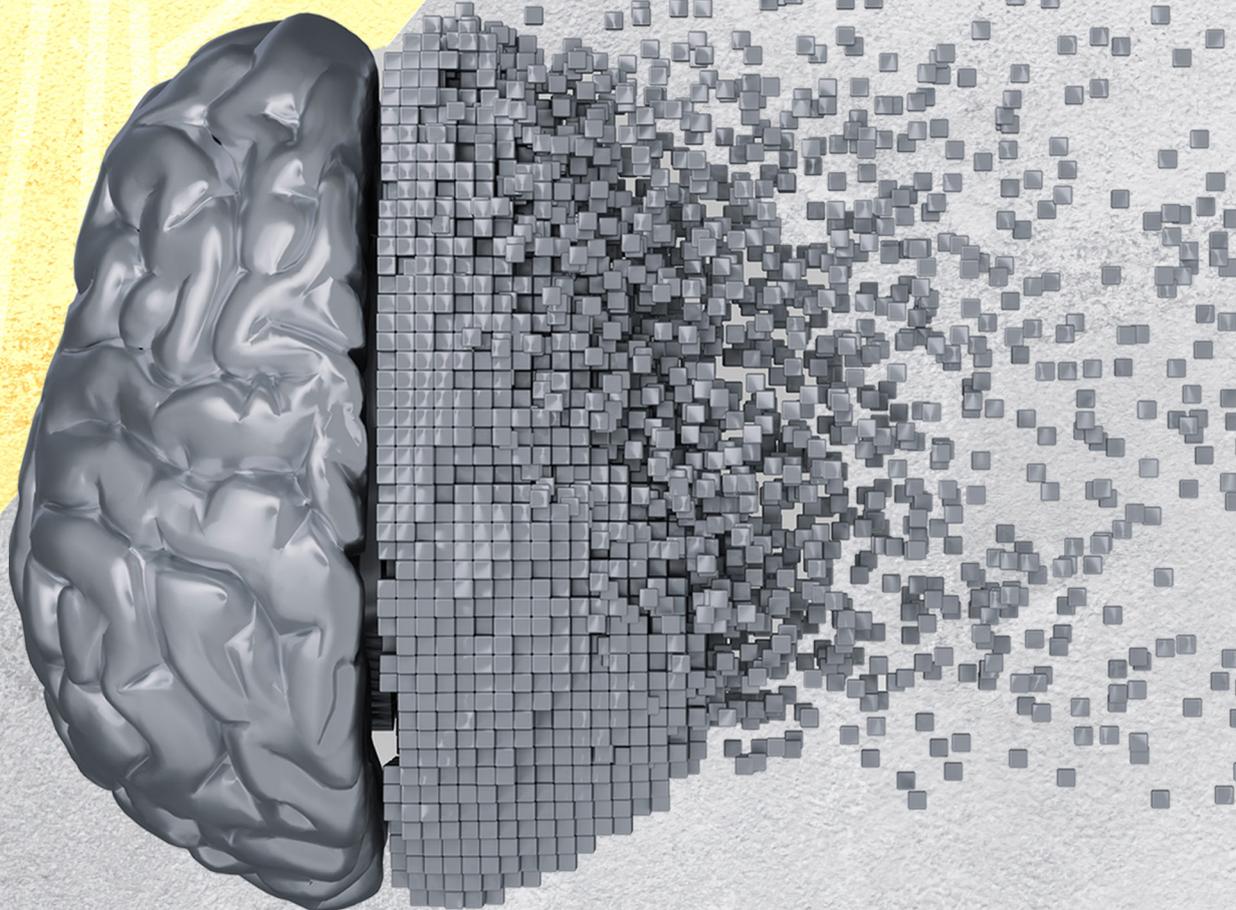


# A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-278-4

DOI 10.22533/at.ed.784192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.  
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado).

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis

que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades. ” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenuncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos

dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora

mas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ESPAÇOS DE VIDA RECONSTRUÍDOS PELA MIGRAÇÃO: NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS EM COMUNIDADES RURAIS PIAUIENSES**, a autora LIDIANE MARIA MACIEL buscaram analisar o processo social de mudança desencadeada pelas migrações “permanentemente temporárias” laborais, ocorridas entre o interior estado de São Paulo e interior do estado do Piauí. No artigo **FAXINAIS E RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FAXINAL DO SALTO. REBOUÇAS/PR, 2000-2015**, os autores Sonia Vanessa Langaro e Valter Martins buscam analisar as características e relações constituintes do Faxinal do Salto, localizado no município de Rebouças/PR. No artigo **FILOSOFIA AFRICANA E A LEI 10.639/2003**, os autores Danilo Rodrigues do Nascimento e Flávia Rodrigues Lima da Rocha buscaram propor uma nova maneira de pensar a origem e as articulações da filosofia, a fim de ampliar a discussão sobre sua procedência para além da Grécia, bem como discutir a aplicabilidade da Lei 10.639/2003. No artigo **GESTÃO ESCOLAR: PLANOS DE METAS OU PLANO ESCOLAR** os autores Andréia Oliveira Ferreira dos Santos e Rosiley Aparecida Teixeira buscam apresentar os resultados parciais de um estudo que surge mediante inquietações sobre uma gestão escolar burocrática e gerencial. No artigo **GRUPO SEGURA FIRME: UMA EXPERIÊNCIA DE PREVENÇÃO E**

**TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU**, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia Sabrina Speckart Ribeiro, Camila Amanda Schmoegel Elias trata de um relato de experiência da atividade em grupo realizada no CSI. Neste âmbito foi idealizado por uma estagiária o grupo para orientação e tratamento da incontinência urinária que foi nomeado como Grupo Segura Firme. No artigo **IMAGENS DOS DESTERRADOS E DO ACRE EM CHARGES: REPRESENTAÇÕES, NARRATIVAS E IMAGINÁRIOS**, os autores Higor Vieira de Araújo e Higor Vieira de Araújo e Francisco Bento da Silva, buscam para dialogar com narrativas visuais (charges e fotos) que trazem como temática a expulsão (desterro) de homens e mulheres no princípio do século XX para o Acre.

**INDISCIPLINA NA ESCOLA: INVESTIGANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA** os autores Jonny Lucas de Oliveira e Joyce Jaqueline Caetanolzabel Passos Bonete buscou promover uma discussão sobre o tema, por meio da análise de depoimentos de professores de Matemática, coordenadores pedagógicos e alunos do ensino fundamental de duas turmas, consideradas as mais indisciplinadas, de duas escolas públicas estaduais do município de Irati-PR. A escolha das turmas foi por indicação da direção das escolas. No artigo **LIGA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (LIGGe) DA UFCSPA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROPOSTA MULTIPROFISSIONAL PARA SUPLEMENTO CURRICULAR E PROMOÇÃO DE AÇÕES E EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ENVELHECIMENTO HUMANO**, os autores Jeovana Ceresa, Nathália Fritsch Camargo, Guilherme Costa da Silva, Tamara Lansini Tolotti, Thayze Maria Marques Torbes, Guilherme Briczinski de Souza, Christofer da Silva Christofoli, Juliane Pinto Lucero, David de Souza Mendes, Mariana Edinger Wieczorek, Eduardo Garcia buscaram estudar sobre o envelhecimento humano no cuidado multiprofissional. No artigo **MEMÓRIAS: REFLEXÕES EM TORNO DA MILITÂNCIA FEMINISTA** as autoras Adriana Lessa Cardoso e Márcia Alves da Silva buscam analisar a inserção no movimento feminista, para tanto analisamos uma narrativa de uma militante, dando visibilidade a sua trajetória de vida e militância, que se iniciou por volta dos anos de 1970, e que de alguma forma abriu espaço para tantas outras feministas. No artigo **Normalidade e diferença: vivências de estudantes de uma escola pública**, as autoras Akeslayne Maria de Camargo, Iris Clemente de Oliveira Bellato, Louise Gomes de Pinho, Emília Carvalho Leitão Biato, Barbara E. B. Cabral buscam discutir sobre a loucura como emblemática do que se considera desviante e inadequado, e busca articular essas concepções às vivências de estudantes em relação ao que tem sido avaliado como desviante e inadequado, atrapalhando o andamento da rotina escolar. No artigo **O ASILO, A ESCOLA E A UNIVERSIDADE: A COEDUCAÇÃO E O PROCESSO DE INTERGERACIONALIDADE**, os autores FLAVIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, MARIELE RODRIGUES CORREA buscam analisar os discursos dos relatos produzidos pelas crianças em relação aos encontros com os idosos e os estudantes universitários a fim de compreender aspectos intergeracionais e o papel da coeducação. No artigo **O ENSINO DA DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS NAS**

**ESCOLAS DE SANTARÉM-PARÁ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TEMÁTICA DA GUERRA DA CABANAGEM**, o autor Wilverson Rodrigo Silva de Melo busca analisar como ocorre o ensino de Estudos Amazônicos e, como é abordado o tema da Revolta-Revolução da Cabanagem nas salas de aula das Escolas Básicas de Santarém. No artigo **O ENVELHECER NAS RUAS: AGRAVOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL E REPERCUSSÕES NO TRABALHO**, os autores Carine Magalhães Zanchi de Mattos, Tamara Rosa Lansini Pereira Tolotti, Bruna Camargo, Guilherme Silva Costa, Patrícia Krieger Grossi analisam os agravos de saúde advindos do processo de envelhecimento nas ruas, como ocorrem e as repercussões destes no trabalho de pessoas com mais de sessenta anos de idade que vivem em situação de rua em Porto Alegre. No artigo **O NARCOTRÁFICO COMO FORÇA MOTRIZ DOS HOMICÍDIOS NAS REGIÕES PERIFÉRICAS DA CAPITAL MATOGROSSENSE** os autores Ariadne Mazieri de Moraes e Francisco Xavier Freire Rodrigues buscam analisar a compreensão da dinâmica dos homicídios motivados pelo narcotráfico na região metropolitana da capital Mato-grossense compõe o projeto “Homicídios Dolosos no Centro Oeste brasileiro. No artigo **O PAPEL PEDAGÓGICO NA ATER E SUSTENTABILIDADE: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM O TABACO NO TERRITÓRIO CENTRO- SUL DO PARANÁ** os autores TABARRO. Cristiane e AHLERT. Alvoriz analisam a importância do papel pedagógico na ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural e de princípios da sustentabilidade para o fomento da produção de alimentos mais saudáveis. No artigo **O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO DA LOUCURA E A DISCUSSÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL**, os autores Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo e Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, analisam os discursos de pessoas em sofrimento psíquico sobre a loucura e seu processo de estigmatização. No artigo **OFICINA DO CUIDAR - UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE CUIDADOR INFORMAL DE IDOSOS**, os organizadores Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral e Marcelo Amaro Manoel da Silva, buscou promover a capacitação de cuidadores familiares da área de abrangência de uma Unidade de Saúde do Município de Divinópolis. No artigo **OSTEOPOROSE E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E TRATAMENTOS**, os autores Renata Gonçalves Pinheiro Correa, Anna Raquel Silveira Gomes, Victoria Zeghbi Cochenski Borba buscaram conhecer os principais métodos de diagnóstico da Osteoporose, diretrizes de tratamento da Osteoporose, recomendações de suplementação de Vitamina D e Cálcio e treinamento físico para idosos com Osteoporose se torna muito importante no manejo da doença. No artigo **PEDAGOGIA CRÍTICA: MÚSICA E ALFABETIZAÇÃO EM PAUTA**, autora Andressa Blanco Ramos Bispo a autora busca apresentar um estudo direcionado à melhoria do processo de alfabetização e letramento do público da educação de jovens e adultos, utilizando a música como instrumento mediador do processo de ensino-aprendizagem. No artigo **PERCEBENDO O MUNDO COM UM NOVO OLHAR** as autoras Ana Paula Fernandes Ferreira e Letícia Carolina

Teixeira Pádua buscam pensar, refletir sobre o fenômeno que se revela buscando questionamentos, enquanto que a Geografia Humanista de base fenomenológica permite uma maior aproximação das experiências pessoais.

No artigo **PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE BASEADO EM MINDFULNESS PARA O EDUCADOR (MBHP-EDUCA): EXPERIÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DE SÃO JOÃO DEL-REI**, os autores Marianna Nogueira Cecyn, Alex Mourão Terzi ,

Marcelo Demarzo, Daniela Rodrigues de Oliveira neste capítulo será discutida uma nova proposta para a educação baseada no cuidado ao professor. Programas Baseados em Mindfulness já são aplicados em escolas da Europa e Estados Unidos para a promoção da saúde da comunidade e para a melhora do ambiente escolar. No Brasil, em projeto de pesquisa inédito e inovador, foi construído um Programa de Promoção da Saúde Baseado em Mindfulness para o Educador (MBHP-Educa – Mindfulness-Based Health Promotion for Educators). Será apresentada brevemente a proposta e a estrutura do programa e os depoimentos de duas experiências: no município de São Paulo – SP e no município de São João del-Rei – MG .

No artigo **UMA EXPERIÊNCIA COM A PESQUISA QUALITATIVA** a autora Rosemary Trabold Nicácio neste artigo discute o percurso metodológico que apoiou minha tese de doutorado dentro da pesquisa qualitativa. Tenho como objetivo socializar as dificuldades iniciais que esse tipo de investigação pode trazer aos novos pesquisadores e algumas reflexões.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ESPAÇOS DE VIDA RECONSTRUÍDOS PELA MIGRAÇÃO: NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS EM COMUNIDADES RURAIS PIAUIENSES	
Lidiane Maria Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.7841924041	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
FAXINAIS E RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FAXINAL DO SALTO. REBOUÇAS/PR, 2000-2015	
Sonia Vanessa Langaro	
Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7841924042	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
GESTÃO ESCOLAR: PLANOS DE METAS OU PLANO ESCOLAR	
Andréia Oliveira Ferreira dos Santos	
Rosiley Aparecida Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.7841924043	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
GRUPO SEGURA FIRME: UMA EXPERIÊNCIA DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia	
Sabrina Speckart Ribeiro	
Camila Amanda Schmoegel Elias	
DOI 10.22533/at.ed.7841924044	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
IMAGENS DOS DESTERRADOS E DO ACRE EM CHARGES: REPRESENTAÇÕES, NARRATIVAS E IMAGINÁRIOS	
Higor Vieira de Araújo	
Francisco Bento da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7841924045	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
INDISCIPLINA NA ESCOLA: INVESTIGANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA	
Jonny Lucas de Oliveira	
Joyce Jaquelinne Caetano	
Izabel Passos Bonete	
DOI 10.22533/at.ed.7841924046	

**CAPÍTULO 7 ..... 78**

LIGA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (LiGGe) DA UFCSPA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROPOSTA MULTIPROFISSIONAL PARA SUPLEMENTO CURRICULAR E PROMOÇÃO DE AÇÕES E EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ENVELHECIMENTO HUMANO

Jeovana Ceresa  
Nathália Fritsch Camargo  
Guilherme Costa da Silva  
Tamara Lansini Tolotti  
Thayze Maria Marques Torbes  
Guilherme Briczinski de Souza  
Christofer da Silva Christofoli  
Juliane Pinto Lucero  
David de Souza Mendes  
Mariana Edinger Wieczorek  
Eduardo Garcia

**DOI 10.22533/at.ed.7841924047**

**CAPÍTULO 8 ..... 85**

MEMÓRIAS: REFLEXÕES EM TORNO DA MILITÂNCIA FEMINISTA

Adriana Lessa Cardoso  
Márcia Alves da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.7841924048**

**CAPÍTULO 9 ..... 91**

O ASILO, A ESCOLA E A UNIVERSIDADE: A COEDUCAÇÃO E O PROCESSO DE INTERGERACIONALIDADE

Flavio Ribeiro De Oliveira  
Mariele Rodrigues Correa

**DOI 10.22533/at.ed.7841924049**

**CAPÍTULO 10 ..... 107**

O ENSINO DA DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS NAS ESCOLAS DE SANTARÉM-PARÁ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TEMÁTICA DA GUERRA DA CABANAGEM

Wilverson Rodrigo Silva de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.78419240410**

**CAPÍTULO 11 ..... 117**

O ENVELHECER NAS RUAS: AGRAVOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL E REPERCUSSÕES NO TRABALHO

Carine Magalhães Zanchi de Mattos  
Tamara Rosa Lansini Pereira Tolotti  
Bruna Camargo  
Guilherme Silva Costa  
Patrícia Krieger Grossi

**DOI 10.22533/at.ed.78419240411**

**CAPÍTULO 12 ..... 129**

O NARCOTRÁFICO COMO FORÇA MOTRIZ DOS HOMICÍDIOS NAS REGIÕES PERIFÉRICAS DA CAPITAL MATOGROSSENSE

Ariadne Mazieri de Moraes  
Francisco Xavier Freire Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.78419240412**

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>142</b>
O PAPEL PEDAGÓGICO NA ATER E SUSTENTABILIDADE: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM O TABACO NO TERRITÓRIO CENTRO- SUL DO PARANÁ	
Cristiane Tabarro Alvori Ahlert	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78419240413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>148</b>
O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO DA LOUCURA E A DISCUSSÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL	
Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78419240414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
OFICINA DO CUIDAR - UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE CUIDADOR INFORMAL DE IDOSOS	
Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral Marcelo Amaro Manoel da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78419240415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>176</b>
OSTEOPOROSE E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E TRATAMENTOS	
Renata Gonçalves Pinheiro Correa Anna Raquel Silveira Gomes Victoria Zeghbi Cochenski Borba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78419240416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>190</b>
PEDAGOGIA CRÍTICA: MÚSICA E ALFABETIZAÇÃO EM PAUTA	
Andressa Blanco Ramos Bispo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78419240417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>204</b>
PERCEBENDO O MUNDO COM UM NOVO OLHAR	
Ana Paula Fernandes Ferreira Letícia Carolina Teixeira Pádua	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78419240418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>207</b>
PERCEPÇÃO DE SAÚDE E COMORBIDADES DO IDOSO: PERSPECTIVAS PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM	
Cláudia Fabiane Gomes Gonçalves Samara Maria de Jesus Veras Maria Aparecida de Souza Silva Rebeca Cavalcanti Leal Cynthia Roberta Dias Torres Silva Ana Karine Laranjeira de Sá Valdirene Pereira da Silva Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.78419240419</b>	

**CAPÍTULO 20 ..... 217**

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE BASEADO EM MINDFULNESS PARA O EDUCADOR (MBHP-EDUCA): EXPERIÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DE SÃO JOÃO DEL-REI

[Marianna Nogueira Cecyn](#)

[Alex Mourão Terzi](#)

[Marcelo Demarzo](#)

[Daniela Rodrigues de Oliveira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.78419240420**

**CAPÍTULO 21 ..... 233**

UMA EXPERIÊNCIA COM A PESQUISA QUALITATIVA

[Rosemary Trabold Nicácio](#)

**DOI 10.22533/at.ed.78419240421**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 243**

## O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO DA LOUCURA E A DISCUSSÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL

**Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ,  
Rio de Janeiro-RJ

**Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro**

Universidade Federal de Pernambuco-UFPE,  
Recife-PE

**RESUMO:** Neste trabalho, realizamos uma pesquisa com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I), localizado na cidade de Itaporanga, estado da Paraíba, Brasil, objetivando analisar os discursos de pessoas em sofrimento psíquico sobre a loucura e seu processo de estigmatização. Para tanto, nos assentamos em uma abordagem qualitativa, tendo como aporte teórico-metodológico a Psicologia Social Discursiva, para a qual os discursos são formas de ação social. A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: no primeiro, realizamos uma observação participante; no segundo, montamos rodas de conversa. A partir das análises das falas dos usuários do serviço, podemos considerar que há um movimento constante de aproximação das pessoas em sofrimento psíquico das categorias louco/doido/maluco, ou de características que, temporariamente, possam caracterizá-los como tal. Essas classificações trazem o estigma da violência, da instabilidade, do animal, que deve ser contido, excluído, separado de outras

peças ditas “normais”. As pessoas que participaram do estudo tentaram afastar de si a postura do sujeito agressivo, do insano, daquele que é um perigo para o outro, a fim de que pudessem ter seus Direitos Humanos respeitados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estigma. Loucura. Direitos humanos.

**ABSTRACT:** In this work, we carried out a research with users of a Psychosocial Care Center (CAPS I), located in the city of Itaporanga, state of Paraíba, Brazil, aiming to analyze the discourses of people in psychic suffering about insanity and its stigmatization process. For that, we are based on a qualitative approach, having as a theoretical and methodological contribution Discursive Social Psychology, for which discourses are forms of social action. The research was developed in two moments: in the first, we made a participant observation; in the second, we set up conversation wheels. From the analysis of the speeches of the users of the service, we can consider that there is a constant movement of approaching people in psychic suffering of the crazy / crazy / crazy categories, or of characteristics that, temporarily, can characterize them as such. These classifications bring the stigma of violence, of instability, of the animal, which must be contained, excluded, separated from other so-called “normal” people.

The people who took part in the study tried to shake off the attitude of the aggressive subject, the insane, the one who is a danger to the other, so that they could have their Human Rights respected.

**KEYWORDS:** Stigma. Madness. Human rights.

## 1 | INTRODUÇÃO

No livro *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes (1981), o personagem que intitula a obra participa de várias aventuras, acompanhado do escudeiro Sancho Pança, sendo categorizado como tendo desconcertado juízo por outros personagens do romance *Dom Quixote*, um velho fidalgo, que se denomina cavaleiro andante, sai pela Espanha à procura de donzelas a socorrer, reinos a salvar, dragões a enfrentar, com o intuito de ajudar as pessoas em perigo e vangloriar o nome de sua Dulcinéia Del Toboso, a amada que nunca viu e a quem dedica suas façanhas.

Por onde caminha, o cavaleiro da triste figura, como também é chamado, encontra pessoas e situações para as quais enxerga perigos. As pessoas a quem salva dos perigos, o tomam por insano, sem juízo, louco, mas também por “homem de boa cabeça”, caso não lhe falem em cavalaria, como sugere o Cura, seu amigo. Mas, o que nos chama atenção nessa obra é que a “falta de juízo” do nosso cavaleiro da triste figura é tomada por outros personagens ora como algo para ser admirado, ora como piada, a ser objeto de riso dos outros. Ambas as posturas são resultado do estranhamento que *Dom Quixote* provoca nas pessoas e é nesse contexto que o anormal se constitui entre o estranhamento, a admiração, a piada, a chacota, a exclusão e a morte.

Vera Portocarrero (2002) fala sobre os anormais em *Arquivos da Loucura*, discorrendo como as anormalidades foram analisadas pelos psiquiatras brasileiros entre o fim do século XIX e o início do século XX, ao tomarem por base a esfera moral. Nesse período, a medicina mental atuou fervorosamente sobre as causas da doença mental e da anormalidade mental e moral, lutando contra a suposta ameaça que essas representavam para o desenvolvimento social e econômico do país. A anormalidade, ou seja, a fuga aos padrões morais convencionais, junto com a doença mental, se constituiu como objeto da teoria psiquiátrica, sendo os anormais denominados deficientes mentais, já que significavam uma regressão do desenvolvimento humano.

Como assinala a autora, independentemente das anomalias, os anormais foram classificados como perigosos, ou criminosos constitucionais, nesse conjunto havia figuras diversas, além dos doentes mentais propriamente ditos, estavam incluídos os alcóolatas, os epiléticos, os sífilíticos, que representavam uma base latente para a doença mental ou para a criminalidade.

O conceito de anormal veio como uma forma de psicopatologia no final do século XIX, como bem ressalta Portocarrero (2002). Ele vai abarcar não só a doença mental propriamente dita, mas qualquer desvio de comportamento dito como normal. Nesse

sentido, a prática psiquiátrica vai adentrar naqueles que apresentam desvios mentais, como os loucos, ou potencialmente loucos, ou ainda nos desviantes morais, como os degenerados e os criminosos; penetrando em várias instituições, como a família, a escola, as forças armadas, a prisão, objetivando a prevenção contra a criminalidade e o adoecimento.

Como Foucault (2010) assinala, o anormal do século XIX é um descendente das figuras do monstro, do incorrigível e do masturbador, esses personagens vão dar suporte a todas as instituições específicas para anormais, que se desenvolverão nesse século, fundadas a partir de um regime disciplinar.

Conforme Foucault (2004) discorre em “Vigiar e Punir”, a disciplina se funda enquanto uma técnica de poder que implica numa vigilância perpétua e constante sobre os sujeitos, através dela a vida das pessoas pode ser gerida, ao passo que a docilidade dos corpos faz com que diminua a capacidade de revolta, resistência e luta dessas contra as práticas socialmente desenvolvidas. Por exemplo, através da distribuição dos sujeitos em escolas, quartéis, cadeias, hospitais, manicômios, etc. eles são esquadrihados em espaços individualizados, sob o argumento de que serão cuidados, tratados, educados, para que se constituam enquanto bons e são cidadãos.

Concomitantemente, há à sujeição das pessoas ao tempo, de modo que se produza a maior quantidade de ações possível, com o máximo de rapidez e eficiência. Isso pode ser observado nas fábricas, em que os operários utilizam milésimos de segundos para construir mercadorias; ou ainda, no espaço de sala de aula, em que as crianças são distribuídas em fileiras alinhadas, de modo que a organização espacial das cadeiras, onde essas estão sentadas, contribua para a divisão de tarefas e a realização dessas no horário estipulado para a aula.

Além do controle dos corpos através do espaço e do tempo, há ainda o registro contínuo das observações sobre os sujeitos, esse registro não pode deixar escapar nenhum detalhe, ou acontecimento sobre a pessoa observada. Podemos citar o sistema de registro feito nos hospitais como característico dessa observação. Nesses locais, os profissionais, que circulam na instituição, precisam escrever em um arquivo todas as ações e reações tidas pelo paciente durante o dia.

Desse modo, Foucault (2004) relata que o regime disciplinar fabrica os sujeitos, atuando sobre seus corpos, adestrando seus gestos, regulando seus comportamentos, normalizando o prazer, registrando os discursos, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, hierarquizar, categorizar as pessoas em normais e anormais. Foi assim que esse autor destacou o nascimento da prisão e o isolamento celular dos apenados, bem como a produção da doença mental e o desenvolvimento do hospício.

Nesse interim, podemos discorrer sobre como o processo de estigmatização da loucura, construído através dos séculos, contribui para categorizar os sujeitos ditos “loucos” e desencadeia práticas de exclusão e reclusão social.

Goffman (2008) descreve estigma enquanto uma marca, um símbolo atribuído às pessoas. Segundo o autor, as pessoas são incluídas em categorizações sociais e

passam a ter atributos que indicam o que elas são ou podem ser. Logo, a comunidade em torno dessas pessoas cria uma expectativa sobre elas, tomando por referência os padrões de normalidade, assim sendo, tudo o que é tido como diferente e anormal passa a ser estigmatizado.

Baseado nessa relação de estigmatização, vai se constituindo a diferenciação entre “nós, os normais” e “vocês, os anormais”, num jogo em que os primeiros discriminam os segundos, utilizando termos pejorativos, que reduzem o sujeito a uma condição de exclusão. Ao mesmo tempo, as pessoas estigmatizadas incorporam os valores, as normas, as práticas da sociedade que elaboram o anormal, podendo utilizá-las para si, na efetivação de sua carreira moral, ou para o outro.

No plano sociológico, Nobert Elias e John Scotson (2000) também vão problematizar a estigmatização utilizando outras categorias, esses autores trazem no texto “Os Estabelecidos e os Outsiders” como um grupo (*estabelecidos*) da periferia urbana de Winston Parva se diferencia de outro (*outsiders*), colocando-se como superior, em decorrência de residir a mais tempo na comunidade. O grupo estabelecido atribui ao conjunto do grupo outsider características ruins, destacando-os como indignos de confiança, indisciplinados, desordeiros e sujos, considerando-os como porção pior da comunidade. Essa caracterização faz com que os *outsiders* sejam excluídos para a periferia da sociedade, assumindo frentes de trabalho indesejadas, piores condições de moradia, baixo nível de alfabetização, maior índice de violência, dentre outros atributos negativos.

Segundo esses autores, as pessoas que fazem parte do grupo estabelecido usam uma gama de termos que estigmatizam o outro grupo. Tais termos, utilizados no contexto das relações entre ambos, tem o propósito de envergonhar o grupo oposto, para que ele não se coloque a altura das normas do “grupo superior”. Outra característica observada é que os *estabelecidos* evitam o contato social com os *outsiders*, acreditando que podem ser contaminados pelo *status* rebaixado desses.

Além disso, a identificação coletiva e a adoção de normas comuns pelos *estabelecidos* fazem com que esses tenham coesão grupal, capaz de induzir o desenvolvimento do ideal que esse grupo possui um valor superior. Tal fato faz com que os *outsiders*, que não possuem tal identificação, se coloquem enquanto pertencentes a um grupo diferente e inferior aos *estabelecidos*, sendo tomados como tendo menos valor, passando a serem considerados deficientes.

Elias e Scotson (2000) destacam também outros casos de *estabelecidos* e *outsiders*, como ocorre com os burakumim no Japão, que carregam o estigma social de serem pessoas inferiores, ruins e repletos de imundície. Os “japoneses comuns” legitimam sua posição em relação aos burakumim, produzindo o conceito de que esses são naturalmente inumanos, como animais, isso faz com os próprios burakumim se coloquem como inferiores, ruins e sujos. Há, ainda, um conto tradicional entre os japoneses que os burakumim carregam no corpo um sinal, abaixo das axilas, que materializa sua exclusão. Essa mancha faz com que tais pessoas sejam excluídas

socialmente, sendo tratados como estranhos, anormais, ou animais.

Nesse sentido, os *estabelecidos* se afastam dos *outsiders* também por sinais, que, encerrados no corpo ou não, separam, excluem e segregam essas pessoas dos demais, fundamentando uma maior diferença entre “nós superiores” e “eles inferiores”. Contudo, se os “inferiores” não aceitarem ser tomados como tais? Quais recursos eles podem utilizar para sair dessa classificação?

Hélène Joffe (1994) destaca a importância dos contextos sociais e culturais na avaliação de risco em grupos vulneráveis. Diferente dos autores anteriores citados, a autora em um estudo sobre as representações sociais da AIDS, analisa a tentativa de grupos transculturais de jovens se afastarem da possibilidade de desenvolver essa doença. Para a autora, a AIDS, como objeto estranho, evoca medo nas pessoas, para tentar conviver com tal medo, essas tentam representá-la sob uma feição mais familiar, ou ainda, tentam afastar-se dela para não ter uma sensação de desordem, podendo tal tentativa ser fundada na expressão: “Eu não, o meu grupo não”, através de um exteriorização das ameaças.

Segundo Joffe (1994), o laço entre grupos estranhos, ou marginalizados, como homossexuais, usuários de drogas, mulheres, prostitutas (e incluímos pessoas em sofrimento mental!), com aberrações e doenças têm sido frequente na literatura médica ocidental, que é generosa nessa associação. Nessa literatura, a emocionalidade, a espiritualidade e o lado instintivo (animal) são historicamente associados aos grupos estranhos, que ameaçam a onipotência dos padrões socialmente estabelecidos.

Como efeito defensivo a essa ameaça, as pessoas ligam práticas aberrantes e comportamentos atípicos ao outro. Ao afirmar que isso cabe ao outro, já não é mais necessário lidar com os conflitos que causam sofrimento, como destaca Joffe (1994). Refletindo a partir da proposta dessa autora, podemos considerar que, no caso de uma pessoa em sofrimento mental, essa tentaria se afastar do *status* de inferioridade, configurado pela exclusão secular da loucura, dizendo “eu não, não sou louca não”. Ao mesmo tempo, essa pessoa recolocaria a ameaça que vivencia em um grupo externo, fazendo-a menos ameaçadora, ao dizer “o louco é o outro”.

## 1.1 Os direitos humanos e o protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico

No começo do século XXI no Brasil, observamos avanços decorrentes da luta do movimento da reforma psiquiátrica brasileira, materializados na Lei 10.216, de 6 de abril de 2001 (Lei de Reforma Psiquiátrica), a qual dispõe sobre “a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental no país” (BRASIL, 2001). Segundo Amarante (2007, p.70), essa lei não assegurou algumas aspirações do projeto anterior (Projeto de Lei Paulo Delgado 3687/89), como a extinção progressiva dos manicômios, mas “revogou a arcaica legislação de 1934, que ainda estava em vigor, e significou um avanço considerável no modelo assistencial”, pois, dentre outros aspectos, objetivou resgatar a liberdade e

ressaltar o direito à cidadania daqueles considerados com transtornos mentais.

Essas mudanças podem ter contribuído para rever o “lugar da loucura” na sociedade e as formas como a comunidade lida com esse sujeito dito “louco”. Pedro Delgado (2011) faz uma análise de como a Lei 10.216 tem contribuído para o desafio da cidadania do “louco” e que impactos essa lei vem tendo sobre as práticas concretas da Justiça e da Saúde Mental nos últimos anos.

O autor, ainda, destaca a possibilidade de acesso a tratamento de base comunitária, assentado na proposta de ressignificação da doença e das formas de lidar com o adoecimento, além de essa lei contribuir para uma mudança qualitativa do debate sobre a cidadania da pessoa em sofrimento mental, que possibilitou a construção de um novo modelo de atenção. Dessa forma, ele considera que saúde mental e direitos humanos são uma das fronteiras mais promissoras do campo da reforma psiquiátrica.

Lembrando que, como destaca Norberto Bobbio (1992), os direitos humanos dão ênfase ao valor da dignidade humana e esses não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas, são construídos historicamente, sendo frutos de lutas e ações sociais.

Chamamos atenção para a concepção contemporânea de direitos humanos, oriunda da Declaração Universal de 1948 e reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. Essa concepção que foi edificada historicamente, após o período da Segunda Guerra Mundial, em que se passou a refletir sobre os horrores da guerra e os efeitos que a mesma produziu, especialmente com relação a populações vulneráveis, ou ainda sobre aqueles que não se enquadravam no modelo racial ariano, proposto pelo regime nazista.

É importante considerarmos que essa concepção de direitos humanos questiona a cultura da “naturalização” da desigualdade e da exclusão social e contribui para refletirmos sobre os horrores que determinados grupos tem vivenciado, como população afrodescendente, em especial mulheres, homossexuais gays, lésbicas, transexuais, migrantes e pessoas em sofrimento mental, que têm experienciado historicamente como se dá a destruição e a descartabilidade da pessoa humana, quando é tomada como inferior ou “anormal” (PIOVESAN, 2006).

Compreender os direitos humanos e entender “a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”, como bem destaca Boaventura de Souza Santos (2003, p.56), está relacionado também ao entendimento dos processos de estigmatização, das formas de construção dos locais de reclusão e mortificação dos sujeitos, bem como do seu questionamento e da luta por direitos. Por isso, a importância de discutir o que Delgado (2011) traz sobre a Lei 10.216 e a consolidação de direitos das pessoas em sofrimento mental.

Todavia, Delgado (2011) destaca que precisamos avançar com relação ao protagonismo desses sujeitos na produção do conhecimento, uma mudança de direção

para o debate em saúde mental. As conquistas obtidas no Brasil nos últimos anos, em decorrência do movimento da reforma psiquiátrica, apontam para possibilidade de se avançar na condição de autonomia das pessoas em sofrimento mental, todavia há que se enfrentar alguns desafios. Bezerra Jr. (2007) reitera que a reforma psiquiátrica brasileira tem que se desdobrar em frentes diversas: assistencial, clínica, na dimensão política, na dimensão jurídica, na esfera sociocultural.

Faz-se necessário ouvir esses sujeitos que vivenciam o sofrimento, para trabalharmos junto com os mesmos, seus familiares, vizinhos, profissionais de saúde, gestores, a fim de que possamos construir estratégias para lidar com os desafios cotidianos de uma produção teórico-prática, que fomente a garantia dos direitos já adquiridos pelas pessoas em sofrimento mental, mas que também articulem novos espaços de luta pela dignidade humana.

## **2 | COMO A PESQUISA FOI REALIZADA...**

Realizamos a pesquisa com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I), localizado na cidade de Itaporanga, Estado da Paraíba, Brasil, objetivando analisar os discursos de pessoas em sofrimento psíquico sobre a loucura. Para tanto, nos assentamos em uma abordagem qualitativa, tendo como aporte teórico-metodológico a Psicologia Social Discursiva, para a qual os discursos são formas de ação social. Segundo essa corrente, os discursos nos apresentam versões de mundo e de nós mesmos, produzindo sujeitos, grupos e relações sociais (WETHERELL; POTTER, 1992).

Nosso trabalho foi desenvolvido em dois momentos: no primeiro, realizamos uma observação participante; no segundo, montamos rodas de conversa. A população de Itaporanga (IBGE, 2010) apresenta 23.192 habitantes, distribuídos numa área territorial de 468 km<sup>2</sup>, se constituindo como município de pequeno porte, todavia, se destacando das outras cidades do Vale do Piancó (alto sertão da Paraíba) pela efetivação de um polo industrial (têxtil).

Realizamos a observação participante com todas as pessoas que circulavam no CAPS I, durante o período de fevereiro a junho de 2012, ao que passo que realizávamos anotações nos diários de campo. Articulamos as rodas de conversa junto com o auxílio de um profissional de Psicopedagogia que trabalhava no CAPS I. Participaram das rodas sete usuários do serviço, que estavam a mais tempo na instituição, em regime de tratamento intensivo, e que aceitaram o convite para participar das atividades.

Realizamos as rodas entre os dias 10 e 26 de Julho de 2012, nas segundas-feiras e quartas-feiras, no período da manhã, tendo essas uma duração média de uma hora e vinte minutos. Foram quatro encontros: no primeiro, trabalhamos como os participantes se percebiam e como eram vistos por outros membros do grupo, utilizando como recursos, espelho grande, peças de roupas e acessórios (relógio, pulseira, batom, chapéu, lenço, tênis, sandália, celular, brincos, etc.).

No segundo, refletimos sobre os lugares em que eles circulavam e onde não circulavam, bem como quais espaços ocupavam (escolas, igrejas, ruas, CAPS, etc.), fazendo uso de uma maquete que simbolizava uma cidade, com ruas, casas e instituições.

No terceiro encontro, trabalhamos as caracterizações das pessoas em sofrimento psíquico, sendo escritas palavras ditas pelas pessoas, que circularam no CAPS durante o primeiro momento das observações. Utilizados canetas coloridas, duas cartolinas, papel de ofício e durex.

No quarto encontro, avaliamos as rodas de conversa realizadas, utilizando como recursos: uma caixa de papelão, canetas coloridas, papel de ofício, cola, tesoura e fita adesiva. Falamos para os membros do grupo que esses escrevessem em um papel o que eles se lembravam dos grupos anteriores. Eles colocaram o que haviam escrito (sem identificação) numa caixa de papelão. Em seguida, pedimos que eles retirassem alguns papéis de dentro da caixa, lessem o que estava escrito e comentassem o material lido.

Gravamos as rodas e as transcrevemos, analisamos o material pesquisado, tanto os diários de campo, quanto as transcrições, a partir do referencial da Psicologia Discursiva. Consideramos os aspectos éticos, orientados pela resolução 466/2012 sobre pesquisas envolvendo seres humanos, bem como primamos pelo consentimento informado e o anonimato dos participantes. Para tanto, obtivemos a aprovação do Comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba.

### 3 | O LOUCO É O OUTRO!

Após a análise do material, percebemos que uma das temáticas que mais circulava no discursos das pessoas em sofrimento mental, que participaram desse estudo, foi sobre o processo de estigmatização que vivenciavam e do qual tentavam escapar, fazendo uso de várias estratégias. É importante destacar que as vozes desses sujeitos foram ouvidas e respeitadas, buscamos testemunhar como a problemática do estigma da loucura e seus efeitos ainda assolam as vidas dessas pessoas.

Os usuários do CAPS I tentaram afastar-se de categorias estigmatizantes, utilizando o termo “doido” para caracterizar sujeitos em sofrimento mental que eram considerados inferiores a eles, como ocorre com o “doido legítimo”, que indica aquele de quem não se tem dúvida da loucura, aquele que reside no hospício. Nesse momento, esses usuários se colocam como grupo *estabelecido*, que atribui ao conjunto do grupo *outsider* (doido legítimo) características ruins, considerando-os como porção pior da comunidade, em decorrência disso, eles são excluídos para a periferia da sociedade, semelhante ao que assinalaram Elias e Scotson (2000).

Caxingo: Se aquela pessoa ver qualquer um com aquela coisa que ele não suporta, pega pedra, joga a pedra.

Lara: É. É verdade. Mas esse é o doido legítimo.

Pesquisadora: É o doido legítimo?

Branca: [risos]. É o doido legítimo... [risos].

Lara: É, se ele joga pedra é.

Raia: É quando chamam a gente de doido e a gente não suporta.

Márcia: Não, mas também se você tá sem dizer nada e ele mete pedra em você, não tem?

Branca diz que doido é 'aquele que joga pedra nos outros, briga com as pessoas, quebra as coisas e fica trancado e amarrado com uma corrente! (...) A gente não é assim...' (Diário de Campo referente à segunda roda, data 18/07/2012).

O “doido legítimo”, aquele que merece tal classificação, é o sujeito que joga pedra, que é agressivo, aquele que não suporta ser observado, ou categorizado, e que por isso agride as pessoas, como ressaltam Caxingo e Raia, mas ele pode também ser aquele que se irrita, mesmo que as pessoas não digam nada, como consequência ele as agride, como fala Márcia. Tais práticas configuram a montagem de um sujeito repleto de instabilidade, tomado por uma raiva constante que não se justifica, assim ele pode violentar qualquer um, a qualquer momento, configurando-se enquanto perigoso. Mas, também, esse sujeito pode ser violentado, amarrado, afastado da sociedade, como forma de ser punido pelo comportamento “instável” que apresenta. Há, nesse sentido, a destruição e a descartabilidade da pessoa humana, o que “justificaria” uma negação de direitos.

Duarte (1986) analisa que doido e os termos maluco, louco, pinel são categorias genéricas, tradicionalmente utilizadas no cotidiano para referir ao que foge ao padrão social. Essas categorias caracterizam uma demonstração pública da perturbação, que está relacionada à agressão, ao espetáculo, à inconsciência.

Nesse momento, o receio de pertencer a tais categorias negativas e excludentes faz com que os sujeitos que participaram da pesquisa formulem a equação “nós/ nervosos versus eles/malucos”. Como Joffe (1994) discute em seu estudo, as pessoas ligam práticas aberrantes e comportamentos atípicos ao outro, como efeito defensivo a essa ameaça. Podemos refletir, então, que essas classificações ligam os sujeitos ao estigma social da “loucura legítima”, o que contribui para sua exclusão e afastamento no hospício, exemplificado na fala de Branca “fica trancado e amarrado com uma corrente”.

No que diz respeito a “ficar trancado”, os usuários relataram que ficar internado é a prática mais comumente para lidar com essas pessoas “doidas”. Nesse momento, elas passam a ser também chamadas de “internos”. Ao ser “interno”, essa pessoa pode ser submetida a várias formas de controle, uma delas é o aprisionamento em grades.

Cesare: É um interno lá que tem. Eles criam desde criança lá em João Pessoa. Lá no C., lá perto do aeroporto, é porque eu não lembro direito, faz tempo que eu não vou lá... No manicômio. Pois pronto, se uma pessoa for lá, pode ir lá que ele pra dormir é trancado.

Lara: Cria desde criança...

Pesquisadora: Trancado? Por que vocês acham que eles fazem isso? Trancam?

Branca: Acho que é aquelas pessoas que tá muito perturbada, aí não dá pra conviver com os outros porque se não vai bater nos outros, né?

Cesare: É, vai e bate.

Branca: Ele vai bater nos outros. Aí eles separam pra poder...

Cesare: E ele é forte, ele é grandão. É bem alimentado também. Café da manhã, almoço, janta, feijão...

Pesquisadora: Então, quer dizer que Deivisson poderia muito bem estar em casa e aí ele veio pro CAPS (...) Algemado?

Lara: Aí eu não sei, porque nesse caso aí...

Branca: Mas aí eu acho que pra casos assim (...) Poderia mandar ele pra um lugar de internamento.

Pesquisadora: Um lugar de internamento.

Branca: Porque ele poderia ir pra um lugar de internamento, que o problema dele era mais pra internamento. Não na cadeia, porque na cadeia, assim (...) Tratamento pra ele? Aí não tem.

Pesquisadora: O que é que tem na cadeia?

Branca: É só ficar preso (...) Eu nunca fui não, mas é só ficar preso lá dentro de uma cela.

O interno é aquele a quem cabe à prisão, ele acorda e dorme trancado, como um animal perigoso, que precisa estar enjaulado, senão bate nos outros, como afirmam Branca e Cesare. Mas, não é em todo lugar que deve ficar preso, ele precisa de um “lugar de internamento” em que ele possa ser tratado, como destaca Branca, e esse lugar específico para tratamento é o manicômio.

Grigolo (2000) analisa em seu estudo com pessoas internas em hospital psiquiátrico, que essa instituição é descrita como uma cadeia, onde as pessoas ficam presas; em outro estudo com usuários de CAPS, Grigolo (2010) aponta que esses relacionam o hospital psiquiátrico à uma prisão, a um local em que as pessoas dormem amarradas. Nesse momento, o ser humano como um ser dotado de dignidade é desconsiderado. Há uma invisibilidade da garantia dos direitos civis e políticos, como bem destaca Piovesan (2006).

Caxingo destaca que é melhor estar no hospital psiquiátrico do que na cadeia e relata, na segunda roda de conversa, um diálogo que teve com outra pessoa, que

também estava internada em um hospital psiquiátrico: “Tem um rapaz que dizia lá [hospital psiquiátrico]: Rapaz! Nós estamos aqui, mas é melhor do que estar na cadeia!”. O manicômio, ou o hospício, funcionaria como uma cadeia? Ou esses lugares apresentam práticas diferenciadas, para sujeitos distintos?

Esse sujeito do internamento, que não pode ser posto na cadeia e sim no hospital, se configura enquanto diferente dos usuários de CAPS, pois ele não está perturbado, ele é, desde criança, “doido”, faz parte dessa pessoa ser agressivo. Tal constituição é ratificada pela expressão utilizada por Branca “aquelas pessoas que tá muito perturbada”. O advérbio muito caracteriza a intensidade da “perturbação” que o sujeito vivencia, nos referimos, então, ao “furor insano” em seu ápice, não é um momento de perturbação, é uma constante que faz dessa figura ser alguém potencialmente perigoso. Além do mais “ele é forte, ele é grandão”, como destaca Cesare, o que dá ênfase ao perigo. Poderíamos compará-lo aos monstros dos desenhos animados e dos filmes de ficção científica: seres animais, grandes e fortes, que comem de tudo, são violentos e podem agredir um cidadão comum, sem motivo aparente, a qualquer momento, por isso, eles precisam ser contidos, amarrados, algemados pelos super-heróis. E quem são esses heróis? O próprio Estado, com seus aparelhos e instituições, pode agir como esse papel de controle e de “salvamento da sociedade” ao vigiar, punir e atuar como violador de Direitos Humanos.

Foucault (2010) discorreu sobre a figura do monstro, aquele que se diferencia dos demais pela violação das leis da sociedade e da natureza, combinando o impossível e o proibido. O monstro se configura como o grande modelo das pequenas discrepâncias, é a anomalia em sua melhor expressão, como exemplo temos a figura de Frankenstein, personagem de autoria de Mary Shelley (1997). Na obra, o monstro é um ser constituído por pedaços de gente morta e pelo cérebro de um criminoso, que se destaca pela aparência disforme, a instabilidade e a violência. Esse personagem fundamenta o erro humano desde seu nascimento, por isso ele “precisa ser contido”. No caso desse personagem, apenas a morte o conteve.

Todavia, o “interno” pode ser “capturado” pelo discurso biomédico, então, ele sai do lugar de selvagem, de animal aprisionado pelas grades e entra na doença, como “paciente” a ser tratado. Todavia, a doença dessa pessoa é diferenciada, pois ela “não têm noção das coisas”, é inconsciente, não tem condições de assumir responsabilidade por seus atos, conforme descrito nas falas abaixo:

Branca: Os pacientes. Os pacientes que tu quer dizer, né?

Psicopedagoga: Os pacientes. Quer dizer que eles não se chateiam?

Branca: Eles não se chateiam porque eles não tem noção do que estão chamando com eles.

Psicopedagoga: Quer dizer que se eu chamar eles de doidos, eles não vão se chatear?

Branca: Não, porque eles não sabem o que é que você tá falando, pode chamar

do que chamar. Agora aquele que tem problema e tem noção aí é que a gente, assim, fica...

Branca: Lá [hospício] eles não tem noção...

Cesare: Só uma coisinha que eu quero dizer. Perfeitamente, eu venho sozinho e volto sozinho.

Lara: É, Cesare é que nem eu, vem só e volto só.

Cesare: Nós aqui vai e vem só, e essa pessoa louca não sabe nem pra onde ir.

Márcia: Nem pra onde vai.

Segundo Cesare, Lara e Márcia, os “pacientes”, que são “loucos” e que residem no hospício, não sabem o que fazem, para onde vão, não têm noção de si, nem dos outros, mas com as pessoas “que têm problema e que têm noção”, não se pode fazer isso, como considera Branca. Quem são as pessoas que “têm problema e noção”? Ora, são aquelas que frequentam o CAPS, ou seja, seus usuários, dessa forma, demarcam a diferença entre eles e os “loucos”, destacando seu Direito Humano através da liberdade de ir e vir, como descrito na fala de Cesare: “(...) eu venho e volto sozinho” e reiterado por Lara.

Esse processo de diferenciação e inferiorização do outro marca a construção de uma hierarquia de valores, a qual reitera que alguns podem ser considerados cidadãos e, portanto, com direitos e deveres definidos e outros não. Nesse sentido, se condiciona a titularidade de direitos, ou seja, a condição de sujeito de direitos, ao pertencimento a determinado grupo. Ignacy Sachs (1998) cita o exemplo do nazismo, o qual condicionou a titularidade de direitos ao fato de se pertencer a determinada raça - a raça pura ariana, delegando ao Estado o papel de grande violador de direitos humanos, isso resultou no envio de 18 milhões de pessoas a campos de concentração, com a morte de 11 milhões, sendo 6 milhões de judeus, além de comunistas, homossexuais, ciganos e “loucos”. Quantos sujeitos ditos “loucos”, “doidos”, “malucos” morreram em instituições asilares sendo vítimas desse discurso?

Como já problematizado em outro trecho, Elias e Scotson (2000) ressaltam como um determinado grupo tenta afastar-se do processo de estigmatização, para conseguir sobreviver diante de situações limítrofes. Os usuários de CAPS reiteram o fato de que as pessoas “doidas” são piores do que eles, para serem tomados como melhores e, portanto, para serem aceitos socialmente, mas também para terem seus direitos respeitados e sobreviverem.

Branca: É, essa é a realidade, porque quando a gente vem pra cá [CAPS I], o povo só chama a gente, só diz que só tem doido. Pode olhar lá no hospício, como o povo chama, é pior do que nós aqui. Lá é que é doido mesmo!

Pesquisadora: Lá é doido e aqui não é?

Branca: Não. Aqui a gente tem um problema [ênfase], mas assim, mas aqui a gente sabe o que tá fazendo, tem noção das coisas, mas de lá não tem.

Psicopedagoga: As pessoas lá do hospital são piores do que nós?

Caxingo: Tem deles que é. Tem deles que é demais. São pior do que a gente. (...) Quando eu estava internado, vivia me agarrando com as pessoas, lambuzado todo de cocô, era uma bagunça só. Pior do que a gente. Tem gente que é pior.

Branca: É diferente porque o problema dele é assim, é mais do que o da gente que estamos aqui. Que aqui a gente tem oficina, tem coisa, e lá eles... Tem, Cesare, oficina lá?

Cesare: Tem, lá tem.

Branca: Mas assim, na mente deles, a, a (...) Assim, é mais afetada do que nós aqui.

Pesquisadora: A mente deles é mais afetada do que a nossa?

Branca: É. É.

Os usuários usam de advérbios comparativos para indicarem superioridade frente aos outros em sofrimento mental, que são “loucos”: “o problema deles é mais do que, eles são piores do que, a mente deles é mais afetada do que”. Os loucos permanecem no lugar da inferioridade, pois tem menos raciocínio, menos oficina (...) Para esses cabe o nada, como descreve Cesare, em outro momento do diálogo, que os “internos” ficam boa parte do tempo sem fazer nada: “Lá tinha pessoas que quando estava sem vontade de dormir, quando a enfermeira saia, ficava no quarto, sem fazer nada o dia todinho”. Nesse momento, os sujeitos que participaram da pesquisa estão apontando a diferenciação entre eles e os outros (“doidos”), mas também apresentam a experiência de violação de direitos e liberdades básicas de pessoas em sofrimento mental, que estavam internadas em hospitais psiquiátricos, e que eles presenciaram.

Em sua pesquisa, Silva (2012) relata que a familiar de uma usuária de CAPS usa a locução casos muito graves (um eufemismo para loucos) para fazer a diferença de sua filha, que teria “um problema menor”, em relação às pessoas loucas. Grigolo (2000) relata o caso de uma pessoa internada em hospital psiquiátrico, que destacou ser inútil, que não tinha o que fazer na instituição e que não sabia fazer nada, pondo-se na condição de inferioridade. Compreendemos que os usuários tentam fazer essa diferenciação, colocando-se como pessoas que tem um problema menor, em detrimento dos “internos” que apresentam um problema maior em qualidade e quantidade, todavia, essas falas dizem de um testemunho de um lugar em que os chamados “loucos” não são considerados sujeitos de direitos, como bem destaca Caxingo, quando refere que vivia se “agarrando com as pessoas”, “lambuzado todo de cocô”.

No Aurélio (2010), bagunça tem o significado de confusão, desordem, aquilo que quebra com as normas e regras estabelecidas socialmente. Destarte, segundo os sujeitos da pesquisa, o “louco” seria um desordeiro, bagunceiro, que só consegue viver em um espaço sem regras, ou normas a seguir, por isso ele deve ser afastado de outras pessoas, sendo posto em um lugar onde possa vivenciar sua desordem. Oliveira (2007) reflete que, no hospital, as pessoas podem realizar ações que seriam condenadas em outro contexto, tais como falar alto, dizer o que pensa, brincar, discutir, as quais afastariam essas pessoas da vida cotidiana de outras. Esse ambiente que

exclui, mas que permite a sensação de fora da lei, legitima a constituição de um “local adequado” para receber o desviante.

Brito e Catrib (2004) falam sobre os comportamentos que variam, desde andar sem roupa, comer excrementos, até praticar violências, como aqueles que descrevem a pessoa que perdeu a “consciência”, que está “fora de si”, como caracterização do estereotipo da loucura, os entrevistados se colocam como aqueles que têm consciência, já que, como relata Cesare: “Só uma coisinha que eu quero dizer. Perfeitamente, eu venho sozinho e volto sozinho (...) Nós aqui vai e vem só, e essa pessoa louca não sabe nem pra onde ir.”

Por não saberem para onde ir, não terem consciência, viverem na desordem, essas pessoas são postas como dependentes de outros para sobreviver, sendo chamadas pelos entrevistados de “pessoas especiais”. Para o especial, permanece o sentido da tutela, da custódia, da disciplina e da vigilância. Amarante (2007) reflete que essa correlação tem sido feita historicamente, além disso, a loucura tem sido relacionada à inércia, à irracionalidade, à incapacidade e à irresponsabilidade civil, fazendo com que as pessoas em sofrimento psíquico permaneçam desprovidas de direitos e liberdades básicas.

Psicopedagoga: Mas merecem ser chamados de doidos?

Lara: Não.

Cesare: Não. Não deveria ser chamado...

Pesquisadora: Não deveria ser chamado. Você começou a falar e não...

Cesare: E não cheguei até o final...

Lara: Foi eu quem disse que não deveria chamar.

Pesquisadora: Não deveria chamar?

Lara: Mesmo que seja!

Pesquisadora: Mesmo que seja?

Lara: Não deveria.

Pesquisadora: E deveria chamar de que?

Branca: Eu já ouvi gente chamar de pessoas especiais.

Pesquisadora: Pessoas especiais?

Márcia: Especial, é (...)

Cesare analisa que eles (os *outsiders*) não deveriam ser chamados de “doidos”, Lara reflete que, mesmo que sejam, eles não devem ser chamados, caberia a categoria “pessoas especiais”, como sugere Branca e ratifica Márcia. É importante destacar que os entrevistados se afastaram, discursivamente, das categorias “internos, loucos, doidos” e “pessoas especiais” para não serem submetidos a novas violações de direitos, visto que os mesmos já passaram ou foram testemunhas de experiências de

violações de direitos básicos, conforme os variados relatados citados anteriormente.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que há um movimento constante de aproximação das pessoas que participaram dessa pesquisa das categorias louco/doido/maluco, ou de características que possam caracterizá-los como tal. Essas classificações trazem o estigma da violência, da instabilidade, do animal, que deve ser contido, excluído, separado de outras pessoas ditas “normais”. Nesse instante, elas tentam afastar de si a postura do sujeito agressivo, do insano, daquele que é um perigo para o outro, a fim de que possam ter seus Direitos Humanos respeitados.

E quem seria esse louco? Para elas, os sujeitos que ficam internados em hospitais psiquiátricos, manicômios, clínicas, hospícios caracterizam essas pessoas “doidas”. Os sujeitos, que compuseram este estudo, reiteram o fato de que as pessoas “doidas” são piores do que eles, para serem tomados como melhores e, portanto, para serem aceitos socialmente e terem seus direitos garantidos. Classificar o outro como doido é uma estratégia discursiva utilizada para se distanciar daquilo que irrita, que agride, que exclui, mas também daquilo que viola direitos e liberdades básicas humanas e produz vida.

Todavia, é importante ressaltar que, diferente do estudo apresentado por Nobeit Elias e John Scotson (2000), mesmo tentando colocar-se “fora da loucura”, as pessoas em sofrimento mental permanecem sendo excluídas e tomadas como “anormais” na comunidade onde residem. Um processo que causa muito sofrimento a esses sujeitos, pois vivenciam e/ou testemunham violações de direitos. As estratégias discursivas utilizadas para afastá-los do processo de estigma, que vivencia(ra)m, e dos lugares, que esses discursos potencializa(ra)m, como o hospital psiquiátrico, permanecem aterrorizando-os.

Assim sendo, é necessário continuarmos refletindo e dialogando com os usuários dos serviços, profissionais, gestores e a comunidade de modo em geral, para desconstruirmos esse “sujeito da loucura” como sendo perigoso, monstruoso, instável, que necessita estar contido, que pode ter seus direitos violados. É preciso continuarmos a luta pela garantia do protagonismo, da cidadania, da dignidade e da potencialidade dos sujeitos, para que possamos ser “iguais quando a nossa diferença nos inferioriza”; e ser “diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” (p.56), como bem destaca Boaventura de Souza Santos (2003).

#### REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AURÉLIO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed.

Curitiba: Editora Positivo, 2010.

BEZERRA JR, Benilton. Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva, v.17, n.2, p. 243-250, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.216 de 04 de junho de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10216.pdf>. Acesso em: 14/11/2016.

BRITO, Heleni Barreira de; CATRIB, Ana Maria Fontenelle. Representação social e subjetividade do adoecer psíquico. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 285-206, 2004.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Trad. Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Saúde Mental e direitos humanos: 10 anos da Lei 10.216/2001. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, n. 2, p. 114-121, 2011.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. São Paulo: LTC, 2008.

GRIGOLO, Tânia Maris. “Dizem que sou louco”: um estudo sobre identidade e instituição psiquiátrica. **Revista de Ciências Humanas** (Edição Especial Temática), Florianópolis, p. 95-119, 2000.

\_\_\_\_\_. **“O Caps me deu voz, me deu escuta”**: um estudo das dimensões da clínica nos Centros de Atenção Psicossocial na perspectiva de trabalhadores e usuários. 2010, 283f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura – Instituto de Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília-DF: 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Itaporanga, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250700>. Acesso em: 01/12/2013.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “O meu grupo não”: representações sociais transculturais da AIDS. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 297-322.

OLIVEIRA, Juliana A. de. **Querer ficar, querer sair**: os paradoxos da internação psiquiátrica para usuários de serviços de saúde mental. 2007, 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP: 2007.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. **Caderno de Direito Constitucional**, s/n, p.5-26, 2006.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

SACHS, Ignacy. "O Desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos". **Estudos Avançados**, v. 12, n.33, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para Libertar**: Os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SILVA, Júlia Santos. **Família e Transtorno mental**: um estudo com familiares de usuários de um CAPS. 2012, 124f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE: 2012.

WETHERELL, Margaret; POTTER, Jonathan. **Mapping the language of racism**. Discourse and the legitimation of exploitation. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1992.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO** Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-278-4

